



Luís Eulálio



Abílio Diniz



Moraes Abreu

A recessão vai aumentar muito, prevê Luís Eulálio.

303

A recessão vai aumentar brutalmente no primeiro trimestre de 1984 para que o País possa cumprir as exigências do FMI, afirmou ontem, em Brasília, após a reunião do Conselho Monetário Nacional, o presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho.

O presidente do Conselho do Banco Itaú, José Carlos Moraes Abreu, disse acreditar na perspectiva de uma queda do processo inflacionário no próximo ano, mas o presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimentos (Anbid), Ary Waddington, afirmou que o governo foi precipitado ao lançar Imposto de Renda nas operações dos fundos mútuos de investimentos.

O presidente da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Antônio de Oliveira Santos, disse que a retirada dos subsídios à agricultura e às exportações beneficiará o comércio, pois sobrarão mais dinheiro para o segmento livre do mercado — comércio e indústria. Já o superintendente do grupo Pão de Açúcar, Abílio Diniz, afirmou que "não há nenhuma possibilidade de retomada do crescimento da economia em 1984".

O presidente da Fiesp disse que o desafio virá lentamente, a partir do segundo semestre e que a economia não crescerá, mas a indústria poderá apresentar um incremento de até 1,5%.

Vidigal voltou a repetir a advertência que fez há um mês, como presidente interino da Confederação Nacional da Indústria, de que o prazo fatal para as autoridades econômicas apresentarem resultados positivos como a queda da inflação e do déficit público é março. Se até lá não houver resultados, "alguma coisa vai mudar, tem de mudar, porque não será mais possível continuar com a mesma política". Na primeira advertência, ele dissera que os ministros teriam de ser substituídos se isso acontecer.

O presidente do Banco Econômico, Angelo Calmon de Sá, também disse que, se as medidas em vigor não derem certo e a inflação continuar resistindo, será inevitável adotar mudanças mais profundas dentro do governo. Ambos, entretanto, disseram que em janeiro a inflação continuará resistindo, porque usualmente no início do ano novos aumentos de custos se tornam inevitáveis, mas a partir do segundo mês ele cairá fatalmente.

Para que isso aconteça, disse Vidigal, o governo tem de atacar com mais rapidez o déficit público. Reduzindo-o, acrescentou. Sobrarão mais dinheiro para a atividade produtiva e as taxas de juros cairão lentamente. Porém, disse, se o governo não adotar austeridade nos seus gastos, dificilmente alcançará os objetivos a que se está propondo diante dos credores.

Solicitado a prever que segmentos da indústria crescerão em 1984, Vidigal ressaltou que a mais beneficiada será a agroindústria, porque diante da queda geral de demanda dentro da economia decorrente de um orçamento monetário austero, o consumo se manterá ativo na área de alimentos. Previu um ano negro para o setor de bens de capital e, para os demais setores, disse que 1984 será igual a 1983.

Em São Paulo, Vidigal, comen-

tando as medidas aprovadas pelo CMN, afirmou:

— As medidas são definitivas. Ou dão certo agora, ou não dão mais. Pode esquecer e mudar tudo.

Referindo-se à indústria e aos assalariados, destacou:

— Se alguém tem de pagar a conta, então que pague de uma vez.

Outros empresários paulistas não esconderam que o pacote de ontem terá efeitos perigosos: maior recessão, maior desemprego e maior tensão social em 1984, especialmente no primeiro trimestre do ano. A frase isolada do presidente do Grupo Ultra, Paulo Cunha, resumiu a maneira como os industriais sentiram as medidas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional:

— Com exceção das novas notas é taxaço sobre os superfalhos, o resto é de dar frio na espinha.

O superintendente da Aços Ipiranga e ex-vice-presidente da Fiesp, Nildo Mazini, mostrou, juntamente com Firmino Rocha de Freitas, presidente da Abinee (Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica) o quadro "assustador" para a indústria no primeiro trimestre do próximo ano. Eles lembraram que nesses três primeiros meses do ano "a situação fica ainda mais preocupante" porque a expansão dos meios de pagamento será limitadíssima, em 2,8% enxugando o crédito além do aumento do ICM e da antecipação dos recolhimentos do INPS pelas empresas.

Carlos Eduardo Moreira Ferreira, empresário do setor de eletricidade e diretor da Fiesp, disse:

— Não podemos saber até onde a corda social conseguirá esticar mais; mas sinto com grande preocupação que ela já esteja esticada demais.

Essa era a opinião também de quase todos os empresários ouvidos ontem. Carlos Eduardo Uchôa Fagundes, diretor do Departamento de Estatística da Fiesp, endossou as palavras de Moreira Ferreira. Disse que "a recessão e o desemprego vão aumentar em 84", gerando uma bola de neve de insatisfação, "que ameaça nosso patrimônio pessoal e o patrimônio das empresas privadas". Roberto Vidigal, presidente da Abdib (Associação Brasileira para o Desenvolvimento da Indústria de Base), lembrou que o seu setor, o de bens de capital, deverá sofrer impacto imediato das medidas que gerarão agora um aumento de 6% só com a queda do subsídio à exportação. Isso, segundo ele, poderá inviabilizar o setor em 1984. Roberto Vidigal acrescentou que "ou terá que vir uma máxi ou paramos de exportar".

Horácio Cherkaski, presidente da Associação Nacional da Indústria de Papel e Celulose, entendeu que a máxi já está vindo nas minidesvalorizações do cruzeiro.

Walter Sacca, presidente da Abimaq (Associação Brasileira da Indústria de Máquinas), disse que alguns setores serão mais duramente afetados que outros como "é o caso do de bens de capital, que não pode suportar mais queda".

João Franco de Camargo Neto, presidente da Abdia (Associação Brasileira de Indústria de Alimentos), ressaltou que o alerta de Sacca ocorrerá até mesmo dentro do próprio setor da indústria de alimentação, onde a soja e a carne sofrerão menos por ter maior competitividade no mercado.